

Funaro tem ordens para negociar com credores

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney fez recomendações expressas ao Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, no sentido de que a dívida externa deve encontrar uma solução mediante negociações com os credores. A revelação foi feita ontem por Funaro, durante debate de duas horas e meia, no Senado, para explicar as medidas de ajuste do Cruzado, momentos antes de viajar para Nova York, onde participa, hoje e amanhã, de um seminário sobre endividamento externo e comércio, promovido pelo Congresso dos Estados Unidos.

O Ministro da Fazenda, que, nos últimos dias, havia dado sinais claros de que o Governo poderia enduzir as negociações com os credores, chegando a admitir a hipótese de uma moratória para romper possíveis impasses, fez um discurso todo centrado nas negociações como forma de solução para os problemas externos do País.

A moratória, segundo ele, "é a última das alternativas em um processo de estrangulamento das relações com os credores e não estamos neste processo".

O Ministro reafirmou a sua convicção de que as negociações com os credores caminham para uma solução, fazendo uma revelação indicativa de que os entendimentos estão evoluindo: "Já existe um acordo informal com o Clube de Paris estabelecendo que, se as partes chegaram a um acordo para reescalonar a dívida, as agências oficiais de crédito reabrirão imediatamente seus financiamentos ao Brasil.

Para o Ministro da Fazenda, não teria sentido fechar um acordo com o Clube sem que as agências oficiais de crédito reabrissem seus empréstimos ao País.

Em debate acalorado com o Senador Roberto Campos (PDS), que acusou o Governo de temer a auditoria do Fundo Monetário Internacional (FMI) na economia, Funaro reafirmou a disposição governamental de manter restritas as relações do Brasil com a Instituição ao que prevê o artigo IV do estatuto do Fundo, ou seja, à visita anual de uma comissão de técnicos para colher dados e produzir um relatório sobre a economia brasileira.

Para Roberto Campos, o Governo perdeu a melhor oportunidade de fechar um acordo com os bancos credores, quando as reservas cambiais estavam em torno de US\$ 10 bilhões, as taxas de juros descendentes no mercado internacional e os preços do petróleo em queda.

Funaro rebateu que o próprio FMI

reconheceu que os acordos firmados durante o Governo passado foram exagerados e que o Brasil precisa apenas demonstrar seriedade na condução de sua política econômica, sem ingerências externas.

Revelou que o Brasil já está conseguindo transformar empréstimos de curto prazo, de até 60 dias, em empréstimos de longo prazo, acima de cinco anos. O banco do Brasil, segundo ele, está fechando uma operação de US\$ 150 milhões dentro dessa linha.

Se o Governo constatar que as medidas para conter a demanda foram exageradas e estiverem conduzindo para uma recessão, elas serão revisadas imediatamente. Essa foi a garantia dada por Funaro, respondendo a uma indagação do Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), preocuado com o rigor das medidas.

O Ministro da Fazenda disse que, para deixar explícita essa intenção, o Governo colocou no Decreto que aumentou o IPI sobre os automóveis sua redução em dez por cento em abril, para que a população tenha a certeza de que os preços vão diminuir.

Durante os 60 minutos reservados à exposição geral do Ministro, antes que fossem iniciados os debates com os Senadores, ele traçou um amplo panorama sobre a economia desde que assumiu o Ministério, no dia 26 de agosto do ano passado.

Justificou todos pacotes "lançados até agora pelo Governo e disse que as medidas anunciadas no último dia 21 foram imprescindíveis", destacando que o Governo optou pela alternativa que menos danos causará aos trabalhadores: a taxação do consumo e não da renda, que atingiria indiscriminadamente todos os assalariados.

Funaro afirmou que se o Brasil dispusesse de cerca de US\$ 5 bilhões em divisas adicionais para ampliar as suas importações, não haveria necessidade de conter a demanda para evitar as pressões para cobrança de ágios e aumentos de preços que já perturbavam o processo econômico.

Para reforçar seu argumento, citou a política econômica dos Estados Unidos, que, para controlar a inflação quando o País cresceu seis por cento ao ano, desvalorizou o dólar em 35 por cento, barateando os produtos importados, mas promovendo um déficit na balança comercial, que este ano chegará próximo a US\$ 200 bilhões.

O Ministro da Fazenda reafirmou que as taxas de juros entrarão em



O Ministro Funaro disse aos Senadores que as negociações com os credores caminham para uma solução

O IPI sobre os automóveis vai diminuir dez por cento em abril e a população verá que os preços tendem a cair

queda, reconhecendo que elas estão muito altas no mercado interbancário.

O Banco Central, segundo ele, realizou uma blitz nos últimos dias para apurar quais os bancos que desrespeitaram a orientação de manter os créditos para capital de giro em 2,9 por cento ao mês. Quem cobrou acima dessa taxa está sendo obrigado a devolver o valor correspondente ao tomador do empréstimo.

Informou que, nos últimos dias, as exportações alcançaram US\$ 109 milhões diários, acima do nível de US\$ 60 milhões verificados até meados de outubro, a partir de quando, em função das especulações sobre uma maxidesvalorização do cruzado, as vendas externas foram interrompidas. Ele garantiu que em novembro não haverá déficit comercial, como

Funaro reconhece que os juros continuam muito altos e vão cair e que o Governo já está adotando medidas para isso

chegou a ser comentado no mercado exportador.

Funaro disse que, hoje, o Brasil paga um alto preço pela recessão econômica de 1981 até meados de 1984. As exportações de produtos siderúrgicos, papel e celulose, produtos não-ferrosos e petroquímicos, certamente cairão nos próximos anos, em função do crescimento do mercado interno. Os investimentos já estão sendo realizados para aumentar a produção, mas a resposta só ocorrerá dentro de três ou quatro anos, assinalou.

Fez a defesa da manutenção dos mercados externos que o Brasil conquistou nos últimos anos, mas ressaltou que o País não pode manter uma relação tão elevada entre Pro-

O Brasil exporta 5% do PIB enquanto o Japão, líder do comércio no mundo todo, exporta só 3% do seu PIB

duto Interno Bruto (PIB), e exportações.

O Brasil exporta o equivalente a 5,8 por cento do PIB, enquanto o Japão, que consegue os maiores superávits comerciais do mundo, exporta apenas três por cento do seu PIB. O aumento das exportações brasileiras, observou ele, é necessário para que o País consiga ampliar as suas importações, de forma a manter um crescimento econômico sem grandes distorções.

Apesar da queda dos investimentos externos nos últimos anos, acentuou, já existem sinais de que os investidores estão retomando seus planos de aplicação no Brasil. A queda acentuada nos últimos dois anos é consequência de recessão que o País viveu até meados de 84, completou.